

MARIANA RAMOS MARQUES AFFONSO

SOCIEDADE DO CANSAÇO: INTERFACES COM A PSICANÁLISE

Monografia de conclusão do Curso de Especialização em
Teoria Psicanalítica

Orientador: Prof. Dr. Eugênio Canesin Dal Molin

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
EDUCAÇÃO CONTINUADA

2022

RESUMO

O sul-coreano Byung-Chul Han (2010/2017), professor de filosofia e estudos culturais da Universidade de Berlim, afirma em seu livro “Sociedade do Cansaço” que a sociedade do século XXI não é mais uma sociedade disciplinar, mas uma sociedade de desempenho. Nela, os indivíduos não são mais sujeitos da obediência, mas sim sujeitos de desempenho e produção, descritos pelo autor como empresários de si mesmos. A superprodução, o superdesempenho e a supercomunicação acontecem em uma lógica de excesso de positividade, cuja violência resulta, nas palavras do autor, em adoecimentos neuronais: Síndrome de *Burnout*, Depressão e TDAH são alguns exemplos.

O presente trabalho procura entender a Sociedade do Cansaço no contexto do neoliberalismo e seus desdobramentos psíquicos no sujeito de desempenho descrito por Byung-Chul Han, além de articular reflexões com autores dos séculos XX e XXI (Sigmund Freud, Pierre Dardot, Christian Laval, Christophe Dejours, Alain Ehrenberg, Joel Birman, Vladimir Safatle, Maria Rita Kehl, Elisabeth Roudinesco, Pedro de Santi, Giorgio Agamben, Marcelo Checchia, entre outros) e discutir sobre possíveis saídas individuais e coletivas à luz da psicanálise.

Palavras-chave: sociedade do cansaço, neoliberalismo, positividade, *burnout*, psicanálise.

“Por falta de tranquilidade, nossa civilização se transforma numa nova barbárie. Em nenhum outro tempo os ativos, isto é, os intranquilos, valeram tanto. Logo, entre as correções que necessitamos fazer no caráter da humanidade está fortalecer em grande medida o elemento contemplativo”.

(NIETZSCHE, 1878/2005, p. 177).

SUMÁRIO

1. SOCIEDADE DO CANSAÇO.....	1
2. SOCIEDADE DO CANSAÇO: UM OLHAR PSICANALÍTICO.....	6
3. O NEOLIBERALISMO E O SUJEITO NEOLIBERAL.....	12
4. A ESCOLA NA SOCIEDADE DO CANSAÇO.....	19
5. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE DO CANSAÇO.....	21
6. O TRABALHO NA SOCIEDADE DO CANSAÇO.....	26
7. SOFRIMENTO E ADOECIMENTO PSÍQUICO NA SOCIEDADE DO CANSAÇO.....	29
8. A PSICANÁLISE NA SOCIEDADE DO CANSAÇO: CAMINHOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS.....	33
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
10. REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS.....	41

1. SOCIEDADE DO CANSAÇO

O filósofo sul-coreano Byung-Chul Han (2010/2017) descreve a sociedade atual não mais como uma sociedade disciplinar, mas como uma sociedade de desempenho. Em suas reflexões, o autor inicialmente rememora a sociedade disciplinar (assim denominada por Foucault no século XX) como uma sociedade que era determinada pela negatividade das proibições. Han entende que na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de desempenho os controles das instituições disciplinares tornaram-se arcaicos. Agora, no lugar da proibição, mandamento ou lei, entraram projeto, iniciativa e motivação.

Han naturalmente não inventou a ideia de que os indivíduos deste século sofrem com explorações e ilusões. No entanto, o autor faz uma nova leitura do que está ocorrendo com a sociedade do século XXI. Sem reduzir à questão se o sistema é “mau” ou “bom”, trata-se, antes de mais nada, de uma discussão filosófica sobre a existência humana na contemporaneidade.

Em sua obra, Han é um pensador que utiliza metáforas e analogias com o funcionamento do corpo humano para entender a sociedade. O filósofo explica que a lógica da imunologia marcou o século XX: assim como o sistema imunológico do corpo humano ativa suas defesas numa polarização entre o que é “amigo ou inimigo”, “interior ou exterior”, “próprio ou estranho”, na sociedade do século XX também havia maior distinção entre o que é “igual” e o que é “diferente”.

Para explicitar melhor essa ideia, Han recorre ao pensamento de Foucault sobre a sociedade disciplinar. Podemos entender que a sociedade disciplinar é a sociedade do panóptico e do sujeito da obediência, cuja dominação é marcada pelo controle e pela vigilância dos corpos. Ela também é marcada pela separação evidente entre o que é permitido e o que não é permitido e pela possibilidade de punição por uma instância superior (FOUCAULT, 1975/2014).

Han então analisa que com a ascensão do neoliberalismo como ideologia econômica e política (no contexto da década de 1970 em diante), uma nova forma de dominação passa a surgir: a dominação “neuronal”. Nesta expressão, podemos entender que Han utiliza aspectos fisiológicos do sistema nervoso para associar ao modo como opera o capitalismo contemporâneo, considerando que os sofrimentos psíquicos são compreendidos como desvios “neuroquímicos” neste “sistema”.

O filósofo apresenta o contexto patológico do início do século XXI como sendo determinado por doenças neuronais como a Síndrome de *Burnout*, a Depressão e o TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade), provocadas não pela negatividade de algo bacteriológico ou viral que precisa ser extirpado, mas pelo excesso de positividade (violência neuronal). No âmbito social e biológico, a violência neuronal não estaria mais associada à negatividade estranha ao sistema, mas sim ela mesma já seria uma violência intrínseca ao próprio sistema. O autor enfatiza que

Tanto a depressão quanto o TDAH ou a SB apontam para um excesso de positividade. A SB é uma queima do eu por superaquecimento, devido a um *excesso de igual*. O *hiper* da hiperatividade não é uma categoria imunológica. Representa apenas uma *massificação do positivo*. (HAN, 2010/2017, p. 21).

Aqui, entendemos que o autor descreve essas patologias não como “categorias clínicas”, mas como sintomas de um mal-estar social. O cansaço é uma sensação constante para a maioria dos indivíduos do século XXI, profundamente preocupados com seu trabalho, com seu desempenho, com sua sobrevivência, constantemente testados em seus limites e frequentemente esgotados. Ao longo de sua obra, Han dá a entender que a Sociedade do Cansaço é a sociedade do desempenho e também a sociedade do esgotamento.

Para o autor, a depressão do esgotamento não é causada pelo imperativo de obedecer apenas a si mesmo, mas pela pressão de desempenho. O sociólogo Alain Ehrenberg (2010) nos aponta que a depressão aumenta quando as proibições da sociedade disciplinar dão lugar à iniciativa e à responsabilidade próprias; porém, o que adoece de fato é o imperativo do desempenho como um novo “mandato” da sociedade pós-moderna do trabalho. O autor é enfático:

O florescimento pessoal e a singularização de cada um em uma sociedade em que a concorrência não tem um lado de fora se pagam com a depressão nervosa generalizada. (EHRENBURG, 2010, p. 132).

As doenças neuronais descritas por Han (Síndrome de *Burnout*, Depressão e TDAH, por exemplo) são denominações de comum circulação no dia a dia do século XXI. São patologias “invisíveis”, mais difíceis de diagnosticar, diferentemente das doenças “imunológicas”, causadas por um elemento estranho, identificável, distinguível, que “invadiu” o organismo.

Aqui temos duas lógicas presentes e bem diferenciadas por Han: a lógica das doenças imunológicas e a lógica das doenças neuronais. O autor detalha:

A violência viral, que continua seguindo o esquema imunológico do interior e exterior ou de próprio e outro, e pressupõe uma singularidade ou alteridade hostil ao sistema, não está mais em condições de descrever enfermidades neuronais, como depressão, TDAH ou SB. A violência neuronal não parte mais de uma negatividade estranha ao sistema. É antes uma violência imanente ao sistema. Tanto a depressão quanto o TDAH ou a SB apontam para um excesso de positividade. (HAN, 2010/2017, p. 20-21).

Se a causa da violência neuronal é imanente ao sistema, quer dizer que ela faz parte da lógica de funcionamento da sociedade. Nessa conjuntura, a dominação e a exploração se fundamentam na positividade, ou melhor, no excesso de positividade.

Neste sentido podemos entender a positividade como uma ideia contemporânea individualista de que tudo é possível desde que o indivíduo se esforce e entregue o melhor de si, ignorando fatores sociais, históricos, políticos e econômicos. Ao invés de exercer um controle disciplinar sobre o indivíduo dominado e determinar o que ele é proibido de fazer, a positividade reforça constantemente que o indivíduo pode tudo. Trata-se de uma forma mais sofisticada de exploração/autoexploração, que funda o “sujeito de desempenho”. Assim, a autoridade que era externa na sociedade disciplinar, passa a ser internalizada pelo sujeito, que passa a se vigiar e se explorar voluntariamente.

Teoricamente, o sujeito de desempenho estaria livre da instância externa de domínio, porém Han reforça que a queda da instância dominadora não o leva à liberdade:

Assim, o sujeito de desempenho se entrega à *liberdade coercitiva* ou à *livre coerção* de maximizar o desempenho. O excesso de trabalho e desempenho agudiza-se numa autoexploração. Essa é mais eficiente que uma exploração do outro, pois caminha de mãos dadas com o sentimento de liberdade. (HAN, 2010/2017, p. 29-30).

Em discussão sobre a concepção do “sujeito neoliberal”, os psicanalistas Franco *et al* (2020) articulam que quando o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, pesa sobre ele uma lei externa, a lei da valorização do capital. Nas palavras dos autores:

É o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando “otimizar” o potencial de todos os seus atributos capazes de ser “valorizados”, tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade. Essa subjetividade ilusoriamente inflada provoca inevitavelmente, no momento de seu absoluto esvaziamento, frustração, angústia associada ao fracasso e autculpabilização; a patologia típica nesse contexto é a depressão. (FRANCO *et al*, 2020, p. 48).

Os mesmos autores relacionam que essa exaltação da “autonomia” e da “liberdade humana” está alinhada à elaboração de modos de controle cada vez mais sofisticados: a coerção é internalizada de forma que os sujeitos se alienam na lógica mercantil.

Na Sociedade do Cansaço, o sujeito é empreendedor de si mesmo e, assim, mais rápido e produtivo que o sujeito da obediência. Tal produtividade se assemelha ao processo de reduzir custos e maximizar lucros, como uma empresa. Embora o imperativo da “motivação intrínseca” se imponha na busca da “melhor versão de si mesmo”, o sujeito de desempenho encontra-se em guerra consigo mesmo: é algoz e vítima ao mesmo tempo em que liberdade e coação coincidem.

Neste contexto que tem o neoliberalismo como “pano de fundo”, qualquer bem é passível de ser mercantilizável e tudo passa a ter uma relação utilitária em uma sociedade que se torna um grande mercado: educação, saúde, arte, pesquisa e até “capital humano” são negociados como mercadorias. Nessa lógica, trabalhadores do mundo corporativo, da saúde, da educação, da segurança pública, autônomos, empresários, motoristas de aplicativos, entregadores, trabalhadores informais, artistas, atletas, *influencers*, estudantes, enfim, todos da cadeia, empenham-se em produzir cada vez mais e mais rápido.

Nessas circunstâncias, o total esgotamento físico e mental (*burnout*), é uma das consequências da autoexploração. A ideologia de que “tudo é possível” e que “todo mundo pode”, alimenta a cultura da culpa e, por muitas vezes, resulta nos adoecimentos que Han descreve.

Como elementos representativos desse contexto, temos obras do audiovisual que ilustram bem os tempos atuais e reforçam o discurso de meritocracia. Um exemplo clássico de “obra motivacional” exportada para o mundo todo é o filme “À Procura da Felicidade”, lançado em 2006 com direção de Gabriele Muccino. O filme é uma adaptação do livro de mesmo título do autor Chris Gardner, baseado em sua história de vida como um ex-vendedor de São Francisco/EUA que conseguiu se tornar um milionário corretor de bolsas de valores. A indústria de Hollywood adapta e romantiza

a obra de forma a reforçar a narrativa do “sonho americano”, de que qualquer um é capaz de enriquecer na “terra da liberdade”.

O ponto aqui não é desacreditar as pessoas que trabalham, que se esforçam e que realmente conseguem avançar economicamente e socialmente por mérito, oportunidade e até sorte. O ponto aqui é que esse tipo de produção cultural veicula histórias de **exceção** disseminando a ilusão de que qualquer homem pode, somente por esforço, persistência e superação pessoal, atingir a autorrealização e o sucesso social e escapar às determinações históricas e sociais que também o circundam. “Basta apenas querer”.

Outro ponto é refletir criticamente sobre a forma que o capitalismo neoliberal organiza socialmente o mundo do trabalho. Esse modelo é sustentável?

Como apontado anteriormente, Han (2010/2017) alerta que os adoecimentos neuronais do século XXI seguem a lógica do excesso de positividade. O autor ilustra com a máxima “*Yes, we can*” utilizada pelo ex-presidente americano Barack Obama como expressão clara do espírito de positividade da sociedade do desempenho, que representa uma falsa liberdade ao impor aos indivíduos o imperativo da realização, da velocidade, da flexibilidade e da superação constantes.

Em seu texto sobre o livro *Sociedade do Cansaço*, o sociólogo Elton Corbanezi (2018) também traz um exemplo de obra audiovisual sobre a falsa liberdade e o processo destrutivo contido nesta transformação contemporânea para a sociedade do desempenho. No filme *Cisne Negro*, de Darren Aronofsky (2010), a imposição da performance e do desempenho mediante a autossuperação é incorporada pela protagonista e levada até as últimas consequências. A autodestruição da bailarina (como metáfora do desempenho profissional contemporâneo) é a ilustração da perseguição obstinada de que se pode tudo. Aqui, a autossuperação postulada em “*Yes, we can*” pode extrair toda a potência e eficácia desconhecidas pelo próprio sujeito, ainda que o custo da autossuperação possa ser a própria aniquilação. Em uma das cenas, o diretor da peça diz à bailarina: “Você não tem nenhum obstáculo a superar a não ser você mesma”. Travestida de liberdade, a perseguição da meta violenta o corpo e a psique do sujeito. Como mostra Han (2010/2017), o sujeito de desempenho concorre consigo próprio e é incapaz de chegar à conclusão. Nunca será suficiente.

2. SOCIEDADE DO CANSAÇO: UM OLHAR PSICANALÍTICO

O humano é um ser biopsicossocial. A Psicanálise tem como um de seus caminhos questionar constantemente sobre a relação entre o psíquico e o social, as determinações socioculturais na produção dos sofrimentos psíquicos e o modo como são tratados os indivíduos e grupos em sofrimento conforme cada época da humanidade.

Han (2010/2017, p. 46-47) detalha mais uma vez sua análise do contexto do início do século XXI:

Também o aceleração de hoje tem muito a ver com a carência de ser. A sociedade do trabalho e a sociedade do desempenho não são uma sociedade livre. Elas geram novas coerções. A dialética de senhor e escravo está não em última instância, para aquela sociedade na qual cada um é livre e que seria capaz também de ter tempo livre para o lazer. Leva ao contrário a uma sociedade do trabalho, na qual o próprio senhor se transformou num escravo do trabalho. Nessa sociedade coercitiva, cada um carrega consigo seu campo de trabalho. A especificidade desse campo de trabalho é que somos ao mesmo tempo prisioneiro e vigia, vítima e agressor. Assim, acabamos explorando a nós mesmos.

E para complementar este entendimento, Han (2010/2017, p. 100) também recorre a alguns conceitos psicanalíticos:

Na transição da sociedade disciplinar para a sociedade de desempenho, o superego acaba se positivando no *eu-ideal*. O superego é repressivo. Pronuncia acima de tudo proibições. Com o “traço duro e cruel do dever de ordem”, com o “caráter da restrição árdua, da proibição cruenta”, ele impera sobre o eu. Contrariamente ao superego repressivo, o eu-ideal é sedutor. O sujeito de desempenho *projeta a si mesmo* na linha do eu-ideal, enquanto que o sujeito da obediência *se submete* ao superego. Submissão e projeto são dois momentos de existência bem distintos. Do superego provém uma coação negativa. Ao contrário, o eu-ideal exerce uma pressão positiva no eu. A negatividade do superego restringe a liberdade do eu. O projetar-se do eu-ideal, ao contrário, é explicado como um ato de liberdade. Se o eu se enreda num eu-ideal inalcançável, vê-se literalmente fatigado ao extremo por ele. Do fosso que se abre então entre o eu real e o eu-ideal, acaba surgindo uma autoagressividade.

Neste curso de pensamento, Han sugere que o sujeito da obediência se submete ao superego, enquanto o sujeito de desempenho se projeta na linha do eu-ideal. Aqui entendemos que o eu-ideal também está presente como uma instância coercitiva no inconsciente do sujeito. O ponto é que agora o imperativo é o excesso de positividade: a ideologia de que “tudo é possível” e que “todo mundo pode”,

alimenta a cultura da culpa e, por muitas vezes, resulta nos adoecimentos que Han descreve como mal-estar social.

Freud (1923/2011) em seu texto “O Eu e o Id” tratou de descrever um Eu dividido (em grande parte inconsciente): uma parte parece se “separar” para observar e julgar a parte restante. Nestes escritos, Freud não diferencia os conceitos Supereu e Ideal do Eu (ambos assumem o mesmo sentido semântico). Aqui, o Supereu também é o mesmo que “Superego” (termo utilizado na tradução do livro de Han).

Para Freud (1923/2011), o Supereu (ou Ideal do Eu) é o representante de nossa relação com os pais, pois quando somos crianças conhecemos, admiramos e tememos estes “seres elevados”; “depois os acolhemos dentro de nós” (FREUD, 1923/2011, p. 45). Como formação substitutiva do anseio pelo pai, o Ideal do Eu contém a origem a partir da qual se formaram as religiões, por exemplo. O julgamento sobre a própria insuficiência, ao comparar o Eu com seu ideal, produz o sentimento religioso de humildade. Posteriormente, professores e outras autoridades levam adiante o papel do pai. As proibições continuam no Ideal do Eu e exercem a censura moral como consciência:

A tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, com base no mesmo Ideal do Eu. (FREUD, 1923/2011, p. 46).

Os psicanalistas Elisabeth Roudinesco e Michel Plon (1998, p. 744) elucidam que nesta obra de Freud, como o Supereu ainda é utilizado como sinônimo de Ideal do Eu, suas funções continuam ambíguas, já que “ora estão ligadas ao ideal e à proibição, ora noutros momentos, à função repressora”.

Para participarem do laço social, a cultura reprime a agressividade dos indivíduos e esta é vigiada por uma instância dominadora interna: o Supereu. A agressividade que o Eu desejaria expressar e a tensão entre o Eu e o Supereu gera um sentimento de culpa (na maior parte inconsciente). Portanto, o sentimento de culpa é gerado pela cultura (na figura do Supereu) e muitas vezes é vivido como um mal-estar que não se tem consciência.

Em seu texto “Introdução ao Narcisismo”, Freud (1914/2010) apontou o surgimento do Ideal do Eu como uma tentativa de recuperar, no futuro, o narcisismo e onipotência anteriormente experimentados. Em seu texto “O Eu e o Id”, Freud

(1923/2011) construiu a noção de ideal como “substituto” do narcisismo infantil e como um possível instrumento de medida usado pelo Eu para observar a si mesmo.

Entre os escritos citados acima, Freud (1917/2010) escreveu o texto “Luto e Melancolia”, onde transformou a concepção do Eu através do exame clínico das patologias da melancolia e do luto.

Han (2010/2017, p. 90-91) argumenta que

Freud concebe a melancolia como uma relação destrutiva com aquele outro, que foi internalizada como parte do si-mesmo. Com isso, os conflitos originários com o outro são internalizados e transformados num autorrelacionamento conflitivo, que levaria ao empobrecimento do eu e à autoagressividade. Mas não há nenhuma relação conflitiva, ambivalente com o outro, que tenha se perdido, que preceda a enfermidade depressiva do sujeito de desempenho atual. Ali não há qualquer participação da dimensão do outro. O responsável pela depressão na qual acaba desembocando o *burnout*, é antes de mais nada a autorrelação sobre-exaltada, sobremodulada, narcisista, que acaba adotando traços depressivos.

Sim, para Freud (1917/2010) a melancolia é um abatimento doloroso, uma suspensão do interesse pelo mundo exterior, uma inibição de toda atividade, uma perda da capacidade de amar, uma diminuição da “autoestima”, um empobrecimento do Eu, que se expressa em censuras, ofensas internas e expectativa de punição. O luto ocorre de forma semelhante, entretanto, nele não há diminuição da “autoestima”. O autor sintetiza: “no luto, é o mundo que se torna pobre e vazio; na melancolia, é o próprio Eu” (FREUD, 1917/2010, p. 175-176).

Freud supunha que a predisposição a adoecer na melancolia residia na predominância de escolha de objeto do tipo narcísico. O psicanalista argumentou que

Se o amor ao objeto – a que não se pode renunciar, quando se tem de renunciar ao objeto mesmo – refugia-se na identificação narcísica, o ódio atua em relação a esse objeto substitutivo, insultando-o, rebaixando-o, fazendo-o sofrer e obtendo uma satisfação sádica desse sofrimento. O automartírio claramente prazeroso da melancolia significa, tal como o fenômeno correspondente na neurose obsessiva, a satisfação de tendências, sádicas e de ódio relativas a um objeto, que por essa via se voltaram contra a própria pessoa. (FREUD, 2017/2010, p. 184).

Freud se questionava de onde vem a necessidade que a psique tem de ultrapassar as fronteiras do narcisismo e colocar a libido em objetos. Aqui, conclui em seu curso de pensamento que esta necessidade surge quando o investimento da libido direcionada ao Eu supera uma certa medida e um forte egoísmo protege o indivíduo contra o adoecimento: “mas, afinal é preciso começar a amar para não

adoecer, e é inevitável adoecer, quando, devido à frustração, não se pode amar” (FREUD, 1914/2010, p. 29).

É importante entender que nos tempos atuais, a depressão (forma atenuada da melancolia), tornou-se uma enfermidade da época. Ela parece ser a marca de um fracasso da revolta, da falta de ideais, de um mundo dominado pela farmacologia. Roudinesco e Plon (1998, p. 507) destacam:

Existe um dado invariável na estrutura melancólica como mostrou Freud. Ele reside na impossibilidade permanente de o sujeito fazer o luto do objeto perdido. E é isso, sem dúvida, que explica a presença do famoso “temperamento melancólico” nos grandes místicos, sempre ameaçados de se afastar de Deus, nos revolucionários, sempre à procura de um ideal que se esquia, e em alguns criadores, sempre em busca de uma auto-superação.

Em seu artigo sobre “O Capitalismo Neoliberal e Seu Sujeito”, o psicanalista Raul Albino Pacheco Filho (2005) explicita as concepções psicanalíticas de sujeito e sociedade, destacando-se a importância da castração simbólica na instauração do inconsciente e na inauguração do laço social. O autor inicia seu artigo com algumas reflexões acerca do processo pelo qual um ser humano vem a constituir-se sujeito e tornar-se membro de uma determinada sociedade.

Sem entrar nos detalhes do Complexo de Édipo na criança, é importante destacar que se trata de uma fase do desenvolvimento que se liga desde o início à dupla questão do desejo incestuoso e de sua proibição necessária, para que “nunca se transgrida o encadeamento das gerações” (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 169). O complexo de castração, além da renúncia parcial à masturbação, implica o abandono dos desejos edípicos. Pacheco Filho (2005, p. 3-4) aborda a importância dos pais no processo de inserção da criança na cultura:

Os pais, na condição de porta-vozes da cultura e das práticas e leis da sociedade, são encarregados de introduzir a criança no mundo social - no caso da sociedade capitalista, os pais - operam a castração simbólica do pequeno e novo estreante na vida em sociedade. E é também, nesta circunstância, que eles influenciam os modos de relação do sujeito com seu desejo e com os outros sujeitos significativos, em todas as múltiplas possibilidades de estabelecimento de laços sociais.

Atingido pela castração simbólica, ele pode, agora, conseqüentemente, constituir-se como um sujeito enlaçado à sociedade e aos seus semelhantes, por intermédio dos seus ideais, valores e identificações.

A linguagem e as representações culturais por ela instauradas agora se ligam àquelas, permitindo a inauguração do império dos princípios de prazer e de

realidade, que conferem ao sujeito um mínimo controle sobre as próprias pulsões.

Freud (1914/2010) entende que do Ideal do Eu resulta um importante caminho para o entendimento da psicologia da massa. Alguns anos mais tarde, em seu texto “Psicologia das Massas e Análise do Eu”, Freud (1921/2011) nos apresenta que a psicologia das massas busca entender o indivíduo a partir de suas relações com outros indivíduos: como membro de uma família, de uma tribo, de um povo, de uma casta, de uma classe, de uma instituição, de uma nação. Assim, para que se forme uma massa, os membros precisam ter algo em comum: um interesse partilhado, uma orientação afetiva semelhante e a capacidade de influenciar uns aos outros. No mesmo texto, Freud ainda rememora sua obra “Totem e Tabu”, de 1913, onde abordou que a forma primeva da sociedade foi a de uma horda governada por um macho forte e que essa horda deixou traços na linhagem humana. Para o autor, na horda primordial, uma ideia só se convertia em ato de vontade quando era fortalecida pela percepção de sua difusão geral, o que representava a força da ligação afetiva comum a todos. Logo, a massa seria a revivescência da horda primeva em qualquer ajuntamento humano.

Retomemos ao contexto social do século XXI. No capitalismo neoliberal, a ideologia dominante na estrutura social supõe que a livre competição entre indivíduos, em busca de lucro e de seus interesses pessoais, pode produzir o benefício coletivo. Paradoxalmente, ao invés da busca de objetivos de interesse comum, o que se procura é o sucesso individual, muitas vezes não importando os meios pelos quais ele é atingido. Buscar ser bem-sucedido, conquistar riqueza material que possibilite o consumo ilimitado e status social é o objetivo e o ideal comum que quase todos perseguem. Em muitas circunstâncias, a ética para se obter o sucesso individual se torna um elemento de menor importância e aos poucos a censura social diminui em relação aos que atingem seus objetivos através de impostura, de exploração de pessoas ou de ações lesivas a terceiros, que passam a se legitimar socialmente pelo alcance do “sucesso”.

Freud (1930/2010) em seu texto “O Mal-Estar na Civilização” nos dizia:

O programa de ser feliz, que nos é imposto pelo princípio do prazer, é irrealizável, mas não nos é permitido – ou melhor, não somos capazes de – abandonar os esforços para de alguma maneira tornar menos distantes a sua realização. (FREUD, 1930, p. 40).

Hedonismo e consumo definem a ética vigente: resgatam para o ser humano o direito ao prazer e à legitimidade do seu desejo, mas também estimulam uma lógica simplificadora e empobrecedora, que reduz a uma única dimensão o significado de satisfação do desejo e do sentido existencial. Sem saber lidar com a falta, o ser humano deposita na organização capitalista da sociedade e na ciência a esperança de superação de todos os males e contingências que sempre causaram angústia. Isso afasta os indivíduos de se confrontarem com a realidade: com as limitações da existência, com a mortalidade e com as imperfeições e contradições da sociedade. “Contra a falta, propõe-se a fantasia de completude” (PACHECO FILHO, 2005, p. 14).

3. O NEOLIBERALISMO E O SUJEITO NEOLIBERAL

Em 03 de maio de 1981 Margaret Thatcher concedeu uma entrevista ao jornalista Ronald Butt do Jornal *Sunday Times* e encerrou com as seguintes palavras:

“O que me irritou em toda a direção da política nos últimos 30 anos é que ela sempre foi em direção à sociedade coletivista. As pessoas se esqueceram da sociedade pessoal. E eles dizem: eu conto, eu importo? Para o qual a resposta curta é, sim. E, portanto, não é que eu me propus a políticas econômicas; é que eu realmente me propus a mudar a abordagem, e mudar a economia é o meio de mudar essa abordagem. Se você mudar a abordagem, você realmente está atrás do coração e da alma da nação. **A economia é o método; o objetivo é mudar o coração e a alma**”.

A última frase da entrevista é impactante e simboliza uma grande virada neoliberal na década de 1980: ela representa o neoliberalismo não apenas como uma doutrina econômica, mas como um sistema que fundou um modelo de subjetividade: “o sujeito neoliberal”.

O filósofo Pierre Dardot e o sociólogo Christian Laval (2009/2016) entendem que a homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa caracteriza o momento neoliberal. Neste cenário, várias técnicas fabricam um novo sujeito unitário, que os autores denominam como “sujeito neoliberal”, “sujeito empresarial” ou “neossujeito”. Os autores explicam:

Não estamos mais falando das antigas disciplinas que se destinavam, pela coerção, a adestrar os corpos e a dobrar os espíritos para torná-los mais dóceis – metodologia institucional que se encontrava em crise havia muito tempo. Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra. Para isso, deve-se reconhecer nele a parte irredutível do desejo que o constitui. (DARDOT e LAVAL, 2009/2016, p. 327).

Para entender melhor sobre a “fabricação do sujeito neoliberal” nos tempos atuais, voltemos a um breve histórico da origem do neoliberalismo. Para isso utilizaremos algumas lembranças dos professores Rodolfo Ferreira Alves Pena (c2022) e Francisco José Porfírio Neto (c2022).

Pena (c2022) nos lembra que o neoliberalismo é uma doutrina econômica e política que se desenvolveu na segunda metade do século XX como uma nova leitura do liberalismo clássico, que havia perdido espaço para o keynesianismo (inspirado pelo trabalho do economista inglês John Maynard Keynes). Porfírio Neto (c2022)

também nos recorda que o liberalismo clássico está relacionado historicamente com a ascensão da burguesia e, inspirado pelo iluminismo, ganhou força no século XVIII com a intenção de combater o absolutismo e o despotismo e estabelecer a igualdade e a defesa da liberdade dos indivíduos. De modo geral, a ideia mais básica é que a liberdade (livre mercado e democracia) seria mais vantajosa para a sociedade. Havia a vontade de limitar as intervenções do Estado para que pudessem emergir as liberdades, os direitos individuais, a igualdade perante a lei, a proteção à propriedade privada e o livre comércio. Deste modo, o Estado não teria o direito de interferir na vida dos cidadãos, a menos que estes atentassem contra a ordem, ou seja, a proposta era que o indivíduo pudesse agir da forma que lhe conviesse, sem agredir a liberdade de outros (BLUME, 2016). Foi esse pensamento que inspirou eventos como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial no século XVIII.

A meritocracia e a valorização do esforço individual também se consolidaram como pontos importantes no pensamento liberal e colocam o indivíduo como único responsável pela riqueza e pelo sucesso (e pelo fracasso). Também surgiu a crença na ideia de que uma espécie de “mão invisível” faz com que a economia se desenvolva de forma autônoma com a iniciativa privada, sem a necessidade de participação do Estado, já que esse se torna um obstáculo para o crescimento econômico ao querer reivindicar sua parte sem oferecer nada em troca.

Na primeira metade do século XX, após crises geradas pela Primeira Guerra Mundial (1914-1919), pela Grande Depressão de 1929 (em que a Bolsa de Valores de Nova Iorque quebrou) e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o liberalismo clássico mostrou-se ineficaz. O cenário era de grande desemprego e péssimas condições de vida e trabalho para a classe operária. O socialismo havia inspirado a formação de organizações sindicais que estruturavam greves contra a exploração dos trabalhadores por parte da burguesia (algo comum e necessário na doutrina liberal). Este cenário fez com que governantes e economistas revissem o liberalismo clássico.

Um dos economistas que apresentou uma proposta diferente foi o inglês John Maynard Keynes, formulando uma teoria que trouxe uma forma de pensar a economia capitalista como um misto de lucro para a iniciativa privada, mas com uma regulação estatal que garantisse boas condições de vida para toda a população, e não somente

para uma classe privilegiada. Ou seja, não se tratava de Estado ou “Mercado”, mas sim Estado e “Mercado”, da forma mais equilibrada possível.

Keynes defendia a tese de que os gastos públicos deveriam impulsionar a economia (principalmente em tempos de recessão) e era favorável ao “Estado de bem-estar social”, uma das premissas da social-democracia e um dos modelos utilizados pelo keynesianismo.

No Estado de bem-estar social, o governo deveria garantir condições mínimas de direitos sociais aos indivíduos (educação, saúde, segurança, habitação, seguridade social, pleno emprego, entre outros), o que tornaria mais digna a vida humana e permitiria o acesso ao consumo pela classe trabalhadora quando a iniciativa privada não conseguisse atingir a todos com seus benefícios. Além disso, também seria papel do Estado manter a existência de leis trabalhistas que estabelecem regras nas relações entre empregado e empregador (como salário-mínimo, jornada de trabalho máxima, seguro-desemprego, etc.) e intervir na economia em momentos de crise e de desemprego para buscar a manutenção do trabalho e da renda das pessoas mais vulneráveis.

Na década de 1970 este modelo passou a entrar em declínio e ideias neoliberais passaram a ganhar força resgatando elementos do liberalismo clássico e adaptando-os ao capitalismo globalizado do século XX. A crítica do neoliberalismo ao Estado de bem-estar social era a de que um “Estado grande” custa caro e limita ações comerciais, prejudicando a liberdade econômica. Franco *et al* (2020) resumem este período:

No século XX, a doutrina neoliberal foi concebida para lidar com impasses do capitalismo. Sua gênese não pode, portanto, ser deduzida abstratamente; ela é resultado das crises reais que a ordem capitalista enfrentava. Nos anos 1930, uma crise econômica havia levado à substituição da livre-concorrência pelo modelo intervencionista keynesiano. No pós-guerra, tal modelo tornou-se hegemônico nos países capitalistas avançados, até seu esgotamento durante os anos 1970. Nesse momento, as propostas neoliberais, até então relegadas a segundo plano (ou aplicadas na Alemanha do pós-guerra com seus ordoliberalis em chave de “economia social de mercado”), foram retomadas pelos formuladores de políticas e tomadores de decisão como alternativas à crise social e econômica. (FRANCO *et al*, 2020, p. 47).

Pena (2022) evoca que duas premissas básicas do neoliberalismo são a mínima cobrança de impostos e a redução do tamanho do Estado através das privatizações. O argumento é que o Estado é um mau gestor e atrapalha o andamento

das leis do mercado, as leis da oferta e da procura e, portanto, a livre concorrência (em outros termos: a ação da “mão invisível do mercado”, defendida anteriormente pelo liberalismo clássico).

Essa lógica visa suprimir a maior parte das empresas públicas para desinflar a máquina estatal e ampliar a participação da iniciativa privada na oferta de serviços. Desse modo, busca-se o “Estado mínimo”, que resulta na redução de impostos, mas muitas vezes no pagamento de serviços básicos pela população.

O aumento de salários e o fortalecimento de organizações sindicais também são vistos pelo neoliberalismo como ameaças à economia, pois elevam custos com mão de obra e os índices de inflação. Assim, os neoliberais defendem a máxima desregulamentação da força de trabalho, com a flexibilização do processo produtivo e a consequente diminuição da renda.

Porfírio Neto (c2022) nos lembra que a Inglaterra e os Estados Unidos foram os primeiros países a implementarem o neoliberalismo e a disseminá-lo pelo mundo, representados nas figuras dos líderes Margaret Thatcher e Ronald Reagan. No Chile especificamente, o neoliberalismo foi imposto à força pelo ditador chileno Augusto Pinochet. Em outros casos, o neoliberalismo foi colocado como alternativa a países dependentes e com economias fragilizadas, como o Brasil.

Em 1989 foi formulada uma “cartilha” de regras neoliberais que ficaram conhecidas como “Consenso de Washington”. Esta cartilha era composta de dez regras que as economias neoliberais deveriam seguir (principalmente as economias em desenvolvimento que quisessem aderir à ajuda oferecida pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial). Tais regras seriam: disciplina fiscal, redução dos gastos públicos, reforma tributária, juros de mercado, câmbio de mercado, abertura comercial, investimento estrangeiro direto, privatização de empresas estatais, flexibilização de leis econômicas e trabalhistas e direito à propriedade intelectual.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) foi criado após a Segunda Guerra Mundial junto com o Banco Mundial e conta com recursos principalmente de países desenvolvidos. O fundo é responsável por supervisionar o sistema monetário internacional e atende a países com problemas de instabilidade financeira (geralmente, países em desenvolvimento). Em troca de socorro financeiro, o FMI exige o cumprimento das dez medidas neoliberais descritas acima.

Ainda que o FMI esteja alinhado à vertente do neoliberalismo de modo geral, a visão sobre sua eficiência não é unânime na instituição. Em um texto sobre o neoliberalismo, Blume (2016) cita um artigo de 2016 escrito por três economistas membros do departamento de pesquisas do FMI (o vice-diretor do departamento de pesquisas Jonathan D. Ostry, o chefe divisional Prakash Loungani e o economista Davide Furceri). O artigo intitulado como “*Neoliberalism: Oversold?*” (“Neoliberalismo: Superestimado?”) sugere que as regras prescritas para o crescimento econômico sustentável em países em desenvolvimento podem ter efeitos nocivos de longo prazo: ao invés de gerarem crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, colocando em risco uma expansão duradoura. Nas palavras dos autores: “em vez de proporcionar crescimento, algumas políticas neoliberais aumentaram a desigualdade, por sua vez comprometendo a expansão durável” (OSTRY, LOUNGANI, FURCERI, 2016, p. 38).

No artigo em questão, os economistas reconhecem as vantagens da abertura de capital em países em desenvolvimento, mas dizem que o fluxo de capital pode ser de curto prazo, causando grande volatilidade nos mercados e aumentando as chances de quebra. Segundo os autores, de 150 casos desde a década de 1980 de economias emergentes que tiveram um forte aumento de fluxo de capital, 20% resultaram em crise financeira. Os autores também alertaram que a abertura financeira gera um aumento considerável da desigualdade na população do país. Além disso, as políticas de austeridade que reduzem o tamanho do estado geram custos sociais substanciais, prejudicam a demanda e aprofundam o desemprego.

Muitos críticos do neoliberalismo também alertam que esse tipo de política econômica tende a manter uma classe privilegiada no poder econômico (como acontecia no liberalismo clássico) e resulta na precarização da vida dos trabalhadores, que precisam trabalhar cada vez mais sem muitos dos seus direitos trabalhistas.

Pena (c2022) nos traz como exemplo dessa lógica os chamados Tigres Asiáticos, países super industrializados e com mão de obra extremamente barata, resultado da ausência de leis trabalhistas. Os trabalhadores têm benefícios limitados e praticamente não contam com férias, sistema que serve para atrair empresas estrangeiras e assegurar baixos custos e seus respectivos lucros.

De forma bem resumida, retomemos agora um fato que marca uma importante crise do neoliberalismo no século XXI: a crise financeira de 2008, popularmente

chamada de “Crise do *Subprime*”. Considerada por muitos economistas como a pior crise econômica desde a Grande Depressão de 1929, esta crise teve origem nos Estados Unidos e ocorreu devido a uma bolha imobiliária causada pela grande expansão de crédito e pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da população. Com a iminência de quebra de várias instituições financeiras e para reduzir o impacto da catástrofe que se alastrava pelo mundo todo, o governo norte-americano decidiu intervir e injetar recursos públicos para salvar empresas privadas (ou seja, dinheiro dos contribuintes). Ironicamente, os bancos (principais responsáveis pela crise) mantiveram os grandes lucros que conseguiram nos tempos mais prósperos e, quando veio o prejuízo na crise, este foi socializado para a população (FREITAS, 2020).

O psicanalista Vladimir Safatle (2020), contesta uma das principais premissas do neoliberalismo:

A ideia de que o advento do neoliberalismo seria solidário de uma sociedade com menos intervenção do Estado, ideia tão presente nos dias de hoje, é simplesmente falsa. Em relação ao liberalismo clássico, o neoliberalismo representava muito mais intervenção do Estado. A verdadeira questão era: onde o Estado efetivamente intervia? (SAFATLE, 2020, p. 24).

Apesar da crise de 2008, é interessante refletir que o neoliberalismo permanece como o principal sistema econômico da atualidade e segue como tendência dominante na maioria das economias nacionais e na ordem econômica mundial.

Retomando a frase de Margaret Thatcher citada no início deste capítulo, o grande trunfo do neoliberalismo foi ter conseguido se introjetar em todas as relações sociais ao penetrar no coração e na alma das pessoas, criando o que Dardot e Laval (2009/2016) chamaram de “sujeito neoliberal”.

Safatle (2020) intitula um texto de sua autoria como “A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral”. Ele afirma que o império da economia transforma o campo social por algo que ele denomina “economia moral”, através da eliminação brusca da esfera do político como espaço de deliberação e decisão, com a redução da crítica à condição de patologia. Tal eliminação tem consequências maiores para os modos de sujeição psíquica e sofrimento social. O autor esclarece:

Podemos encontrar um profundo trabalho de design psicológico, ou seja, de internalização de predisposições psicológicas visando à produção de um tipo de relação a si, aos outros e ao mundo guiada através da generalização de princípios empresariais de performance, de investimento, de rentabilidade, de posicionamento, para todos os meandros da vida. Dessa forma, a empresa poderia nascer no coração e na mente dos indivíduos. Um design psicológico que só poderia ser feito através da repetição generalizada de exortações morais que nos levaram a compreender toda resistência a tal redescrição empresarial da vida como falta moral, como recusa em ser um “adulto na sala”, em assumir a virtude da coragem diante do risco de empreender e abrir novos caminhos por conta própria. (SAFATLE, 2020, p. 30).

O autor associa que por essa razão escutamos narrativas “vitoriosas” de empresários “desbravadores” de territórios inertes, empreendedores com coragem de enfrentar o risco e a inovação, como se tivessem a missão de “redenção moral da sociedade”. Além disso,

a generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como “empresários de si mesmos” que definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retornos de “capitais” e que compreendem seus afetos como objetos de um trabalho sobre si tendo em vista a produção de “inteligência emocional” e otimização de suas competências afetivas. (SAFATLE, 2020, p. 30-31).

Retomando Dardot e Laval (2009/2016), o sujeito neoliberal enxerga-se e organiza sua vida em todas as esferas sociais (família, trabalho, política) à luz da racionalidade neoliberal, isto é, como uma “empresa de si mesmo”. É um verdadeiro produto de si mesmo que concorre o tempo todo com outros indivíduos e, portanto, precisa ter sempre o melhor desempenho e ser a melhor versão de si mesmo para vencer o concorrente. Seus comportamentos e julgamentos são pautados pelo valor empresarial da eficiência, pelo cálculo da relação de custo-benefício, sempre em função de seu interesse pessoal, e não do interesse da comunidade em que vive. Não há necessidade, desse modo, de imposição forçada do neoliberalismo. Os indivíduos se auto-policiam.

Para os autores, com a participação ativa do Estado e das pessoas, a essência do neoliberalismo está na construção de um ambiente de competição e concorrência exacerbadas que abarca todas as esferas da existência humana. É isso que fez da racionalidade neoliberal uma nova razão do mundo.

4. A ESCOLA NA SOCIEDADE DO CANSAÇO

A psicóloga Débora Ferreira Leite de Moraes (2019) cita uma matéria do blog do jornal O Estado de São Paulo de 24 de abril de 2018 que noticiou o suicídio de dois estudantes do Colégio Bandeirantes, em São Paulo. De acordo com a coordenadora da instituição, Estela Zanini, o colégio tem expectativas de alto desempenho dos alunos, mas também desenvolve muito o lado humano. A instituição, reconhecida e tradicional na capital paulista, até pouco tempo atrás separava os alunos em salas de aula de acordo com suas notas (CAFARDO, 2018).

Infelizmente um ambiente altamente competitivo se estende ao ambiente pedagógico infantil e adolescente. Moraes (2019) traz o exemplo da prática de *rankings* também no âmbito da educação, que revela a relação entre desempenho e competição que colocam o outro como rival, como concorrente. Para a autora, essas relações negligenciam a importância da alteridade e privilegiam os processos psíquicos narcísicos, seja por meio da identificação (como regressão narcísica), seja por meio de uma idealização de onipotência do eu. Estes conceitos serão retomados mais adiante.

A autora também apresenta outra matéria de 09 de setembro de 2018 publicada pela Folha de São Paulo e intitulada “Colégios oferecem atividades para fazer alunos lidarem com as emoções”. De acordo com a reportagem, a dicotomia entre cognição e afeto vem sendo substituída por uma preocupação em aumentar as atividades que fazem “o estudante lidar com as emoções – já que saber trabalhar em grupo e ter empatia, são apreciados pelo mercado de trabalho. A serventia ao mercado e as condições de adaptação às normas de conduta contemporâneas ficam evidentes como foco de atuação.

Empresas apelam para uma lógica de devoção ao trabalho como propósito pessoal e programas pedagógicos e de *coaching* infantil apresentam a ideia de que se deva investir na criança desde cedo para formar um sujeito empreendedor de si, altamente competitivo. Para Moraes (2019), compreender as especificidades desses discursos-práticas, desses novos ideais do imaginário social, onde se constrói nossa subjetividade, também é tarefa do psicanalista.

Laval (2004/2019) nos apresenta que aos poucos a educação vai deixando de ser um bem público e vai adquirindo um formato de mercadoria, de bem privado

comercializável, submetido à lógica empresarial de gestão e de resultados. Nas palavras do autor:

Na cultura de mercado, a emancipação pelo conhecimento – velha herança do Iluminismo – é vista como uma ideia obsoleta. Ligada a uma transformação que vai muito além do quadro institucional, essa crise assume múltiplas formas. Os professores exercem uma profissão que perdeu muito de seus benefícios simbólicos e de suas relativas vantagens materiais. A massificação escolar não conduziu ao grande amálgama social e ao reinado da meritocracia harmoniosa, muito pelo contrário. As dificuldades enfrentadas por um grande número de estabelecimentos escolares com forte apelo popular foram agravadas por políticas liberais que acentuaram a marginalização de partes importantes da população e aprofundaram as desigualdades que afetam de múltiplas formas o funcionamento da escola. (LAVAL, 2004/2019, p. 15).

O autor descreve a “escola neoliberal” como um modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado. Nesta lógica, a instituição de ensino parece existir somente para oferecer formação reduzida a objetivos profissionais e fornecer o “capital humano” que as empresas precisam. Assim, se o conhecimento é considerado meramente um recurso privado que gera mais renda e posições sociais mais elevadas, é possível deduzir que a relação educacional deve ser regida como uma relação comercial que imita o modelo do mercado.

Em uma postura realista, apesar de parecer óbvio para quem já nasceu neste sistema, é sempre importante refletir que na era neoliberal a educação tem como objetivo a formação do assalariado, como um “ativo” que aplicará conhecimentos operacionais em uma profissão especializada ou em uma atividade considerada socialmente útil. Esse sistema pode fechar o homem em um enquadre ao qual ele deve se adaptar a qualquer custo, sem chance de “libertação”. Laval (2004/2019, p. 65) complementa: “segundo a expressão muito bem colocada de André Tosel, estamos na era da escola “desemancipadora”.

O autor é enfático em afirmar que o maior perigo da desigualdade é a mutilação da vida por uma visão redutora da educação e da cultura, como a concepção de uma formação que tenha apenas objetivos profissionais, o que descreve como “egoísmo utilitarista”. Ele reforça que a transmissão de conhecimentos é o eixo da educação e defende que precisamos de uma política que vise a igualdade de objetivos intelectuais fundamentais.

5. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NA SOCIEDADE DO CANSAÇO

A psicanalista Maria Rita Kehl (2015) nos lembra que a organização da temporalidade é a primeira forma discursiva que a mãe introduz à criança e que a simples alternância entre a presença e a ausência maternas já introduz o bebê no tempo do Outro, que lhe é apresentado sob a forma de intervalos de tempo de espera pelo objeto de satisfação. Naturalmente, a temporalidade acelerada da vida contemporânea se apresenta ao recém-nascido por meio do discurso materno em um contexto em que

a pobre mãe, seja ela quem for, também está submetida às pressões por desempenho e eficiência que comandam e aceleram o usufruto do tempo em uma sociedade na qual o valor da vida é medido pela produtividade. (KEHL, 2015, p. 274).

A autora reforça que o próprio fato de a mãe estar incluída na temporalidade acelerada da vida contemporânea faz com que ela se apresse a atender aos apelos da criança da forma mais eficiente possível. O excesso de preocupação das mães com o próprio desempenho e a angústia frente ao pouco tempo de que dispõem para se dedicar aos seus bebês, tendem a abreviar o “tempo vazio” necessário para instauração do trabalho psíquico de representação do objeto de satisfação nos bebês.

A presença tranquila da mãe junto ao bebê que instauraria o conforto de um “espaço-entre” mãe e filho é frequentemente substituída por uma presença solícita, ativa e demandante de reconhecimento de ser uma “boa mãe”. Aqui, a autora utiliza expressões do psicanalista Donald Winnicott e complementa:

a mãe que ignora o que é ser suficientemente boa pode se tornar uma cumpridora compulsiva de tarefas, angustiada ao menor sinal de desconforto de seu bebê, incapaz de lhe proporcionar a experiência vital de esperar pela satisfação de seus impulsos. (KEHL, 2015, p. 276).

Neste sentido, para entender por que o tempo de espera é fundamental na constituição do sujeito, é importante retomar alguns conceitos trabalhados por Freud.

Em seu texto “Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, Freud (1905/2016) utiliza os termos autoerotismo e narcisismo praticamente como sinônimos em suas reflexões. Sobre a relação entre estes conceitos (como um estágio inicial da libido), Freud supõe que uma unidade comparável ao Eu não existe desde o começo do

indivíduo, ou seja, o Eu ainda tem que ser desenvolvido. Neste momento, os instintos autoeróticos são primordiais e algo se acrescenta ao autoerotismo como uma nova ação psíquica, para que se forme o narcisismo.

No mesmo texto, Freud nos apresenta que a primeira atividade da criança, mamar no seio materno ou em seus substitutos, familiarizou-a a um prazer que será revivido em si própria sugando uma parte de sua pele ou mucosa posteriormente, ou seja, a criança busca o prazer que já foi vivido no passado, lembrando-o neste ato. Este movimento faz com que a boca se comporte como uma zona erógena, onde no passado o prazer nesta região havia se apoiado na função de conservação da vida.

O autor então destaca que o narcisismo é parte do desenvolvimento regular de todos os sujeitos. O conceito é abordado como um complemento libidinal do egoísmo, ligado às pulsões de autoconservação.

Sobre o narcisismo primário Freud (1914/2010, p. 36-37) discorreu:

Quando vemos a atitude terna de muitos pais para com seus filhos, temos de reconhecê-la como revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado. Como todos sabem, a nítida marca da superestimação, que já na escolha de objeto apreciamos como estigma narcísico domina essa relação afetiva. Os pais são levados a atribuir à criança todas as perfeições – que um observador neutro nelas não encontraria – e a ocultar e esquecer todos os defeitos, algo que se relaciona aliás, com a negação da sexualidade infantil.

Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos. Ela deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe. No ponto mais delicado do sistema narcísico, a imortalidade do Eu, tão duramente acossada pela realidade, a segurança é obtida refugiando-se na criança. O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetual revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora.

Após sofrer algumas perturbações ao longo do desenvolvimento da criança, o narcisismo primário cede aos ideais. Forma-se então o Eu Ideal, instância que corresponde ao que gostaríamos de ser (a majestade, o bebê) e que precisa se formar, já que o indivíduo não renunciaria à satisfação já desfrutada. Ainda que Freud não diferencie claramente os dois termos em sua obra, entendemos que simultaneamente também ocorre a formação do Ideal do Eu (correlato ao Supereu para Freud), formado a partir do Complexo de Édipo, que nos indica o que buscar para

sermos amados. Tal instância também conduz a “consciência de culpa”, resultante do medo da perda do amor dos pais e, posteriormente, da comunidade. Nas palavras de Freud:

A este Eu ideal dirige-se então o amor a si mesmo, que o Eu real desfrutou na infância”. (FREUD, 1914/2010, p. 40).

A instituição da consciência moral foi, no fundo, uma corporificação inicialmente da crítica dos pais, depois da crítica da sociedade, processo que é repetido quando nasce uma tendência à repressão. (FREUD, 1914/2010, p. 43).

O desenvolvimento do Eu consiste num distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo. Tal distanciamento ocorre através do deslocamento da libido para um ideal do Eu imposto de fora, e a satisfação, através do cumprimento deste ideal. (FREUD, 1914/2010, p. 48).

É possível perceber que o narcisismo é um conceito bastante complexo na construção da metapsicologia freudiana. Até aqui podemos constatar duas dimensões importantes no campo do narcisismo: sua dimensão constitutiva do ser humano e outra ligada às formações psicopatológicas (que não abordaremos neste momento).

Em um capítulo de seu livro “Dimensões da Recusa”, a psicanalista Vanessa Chreim (2021) aborda o narcisismo ligado à operação de admissão ou não admissão da castração pelo sujeito:

Desde o início na vida, a recusa preserva o narcisismo e sua pretensa ilusão de perfeição, onipotência e autossuficiência. Contudo, esse campo que visa eliminar a castração, paradoxalmente, é construído em cima da admissão da castração: na relação de filiação, o narcisismo da criança é tecido sobre as feridas narcísicas dos pais, ou seja, nas marcas da castração que eles carregam. (CHREIM, 2021, p. 75).

Como dito anteriormente, Freud (1914/2010) aponta o surgimento do Ideal do Eu como uma tentativa de recuperar o narcisismo e a onipotência anteriormente experimentados. Entretanto, deve-se renunciar a ele para evitar o risco de perder o amor do outro, o que equivaleria ao desamparo para o sujeito. Sobre a recusa, Chreim (2021) assinala que o conflito com a castração se revela presente a cada encontro com um outro que mostra algo diferente do Eu, o que impõe limites à onipotência: nem tudo é imagem no espelho e continuidade de “mim mesmo”. Diante da alteridade (reconhecida como tal), o Eu não se sustenta como “majestade”.

Neste ponto se faz necessário retomar o pensamento de Kehl (2015) quando a autora afirma que hoje as crianças ocupam um lugar ambíguo na cultura: como ideal de gozo (perdido) de seus pais e paradoxalmente, como investimento no “mercado de futuros”. Isso faz com que muitos pais tentem satisfazer a criança “plenamente” para maximizar sua felicidade, ao mesmo tempo em que tentam estimulá-la ao máximo para desenvolver desde cedo as potencialidades que poderão “garantir” uma boa colocação na competição do mercado de trabalho no futuro.

Do ponto de vista da criança essas práticas educativas e amorosas são recebidas como excesso de demanda. Algum tempo depois, a mesma criança que não sabe ficar sozinha, que não para de chamar atenção sobre si mesma, que chora e se desespera quando não é atendida e que não se concentra em qualquer pequena atividade, é descrita pelos pais como “hiperativa”. Logo, é nítida a ansiedade manifestada no excesso de atividades da criança, desempossada do vazio temporal primordial para o trabalho psíquico que estimula a fantasia, a criatividade, a autoconfiança e a confiança no mundo.

Os pais que se apressam a levar crianças ansiosas, hiperativas, tristes ou “mal-educadas” ao psiquiatra talvez revelem expectativas tão elevadas sobre suas crianças, que não suportam ajudá-las a enfrentar as crises, as dores, as angústias e as instabilidades emocionais da vida. São os pais que muitas vezes não toleram a ideia de que as variações da vida subjetiva podem deixar seus filhos para trás na disputa de boas colocações no futuro. Assim, muitos preferem medicar o sofrimento dos filhos de forma a reenquadrá-los às exigências da vida escolar e aos ideais da vida social o mais rápido possível. Entretanto, esse “esforço” não tem o poder de impedir que os filhos nunca se deprimam, principalmente a partir da adolescência (KEHL, 2015).

Han (2010/2017) argumenta que na Sociedade do Cansaço, o excesso de positividade também se manifesta como excesso de estímulos e modifica radicalmente a estrutura e a economia da atenção. A técnica temporal e de atenção “multitarefa” não representa nenhum progresso civilizatório, mas sim um retrocesso, já que está amplamente disseminada entre os animais em estado selvagem. Para o filósofo, os desempenhos culturais da humanidade devem-se a uma atenção profunda, contemplativa:

Essa atenção profunda é cada vez mais deslocada por uma forma de atenção bem distinta, a hiperatenção (*hyperattention*). Essa atenção dispersa se caracteriza por uma rápida mudança de foco entre diversas atividades fontes informativas e processos. E visto que ele tem uma tolerância bem pequena para o tédio, também não admite aquele tédio profundo que não deixa de ser importante para um processo criativo. (HAN, 2017, p. 33).

É nesse cenário de excessos que estão sendo educados as crianças e adolescentes do século XXI, onde muitos pais decaídos em relação aos próprios ideais, apostam na expectativa da performance especial dos filhos. Kehl (2015) aponta que as crianças são exaltadas no lugar de futuros consumidores a serem mimados e, muitos pais, decepcionados com o pouco que conseguiram para si, fazem da felicidade dos filhos a única razão de suas vidas. Assim, forma-se um problema na transmissão de ideais e de significantes organizadores do campo social entre as gerações. Se os filhos se tornam o único ideal dos pais, só lhes resta transmitir que “sejam felizes”. A autora também salienta a importância da adolescência como momento privilegiado do (re)enfrentamento edípico com o pai:

Momento em que meninos e meninas recém-saídos da infância haverão de reivindicar um lugar de exceção em relação à Lei, a exigir de seus pais – sobretudo do pai – posições claras em relação aos limites, muitos dos quais efetivamente podem e devem ser negociados em função do amadurecimento dos filhos. Mas é nessa passagem que muitos pais, insatisfeitos com suas próprias conquistas em relação aos ideais de gozo e de consumo que organizam o laço social, facilitam o caminho de seus filhos e os poupam, inadvertidamente, não só dessa segunda edição do conflito edípico como também de enfrentar-se com os limites que a referência paterna deveria colocar diante das transgressões adolescentes. (KEHL, 2015, p. 281).

A agressividade é a primeira reação à entrada do semelhante no campo narcísico da criança: desperta hostilidade, rivalidade, ódio. A agressividade constitutiva do sujeito deve ser superada com o apoio da identificação com as formas imaginárias que representam o pai como instaurador da Lei. O ponto é que a norma que rege a vida social atualmente sustenta a agressividade:

Ao invés de exigir dos indivíduos uma parcela de renúncia ao gozo como condição para participar do laço, a norma contemporânea exige que ninguém renuncie a nada. A fragilidade do imaginário que sustenta a função paterna inflama a fantasia de que a vida social é uma selva sem lei. Os adolescentes estão convencidos de que só os otários e os fracos recuam diante do excesso pulsional em consideração ao outro, aos outros. Os restos infantis do “complexo de intrusão”, que ativa a agressividade do sujeito frente a qualquer estranho que invada seu campo narcísico, têm sido fortemente convalidados pelas condições atuais da vida em sociedade. (KEHL, 2015, p. 285).

6. O TRABALHO NA SOCIEDADE DO CANSAÇO

Han (2010/2017) alerta que estamos perdendo nossa capacidade de atenção e aprofundamento. Na prática, a hiperatividade está diminuindo nossa capacidade de concentração profunda nos reduzindo a um animal trabalhador.

Um estudo feito pelo IBOPE Inteligência em 2013 apresentou que 98% dos brasileiros se sentem cansados ou muito cansados fisicamente e mentalmente. Outro estudo apresentado na plataforma “Gente” em 2020 compilou as cinco principais causas de estresse na Sociedade do Cansaço: 1) a pressão que o indivíduo coloca sobre si mesmo e a ameaça de crimes (empatados em percentual); 2) não dormir o suficiente; 3) não ter tempo para fazer as coisas que quer fazer; 4) a quantidade de dinheiro que se tem para viver.

A Sociedade do Cansaço atravessada pela ordem neoliberal é uma sociedade em que o sujeito é instado a gerir sua vida como uma microempresa, com prazos, metas, relação custo-benefício, risco-retorno, *networking*. Como lembram Franco *et al* (2020), o sujeito neoliberal é movido pela utilidade, interesse e satisfação, que se traduzem em termos matemáticos. Sob o neoliberalismo, o sujeito é convocado a participar do jogo da concorrência e a otimizar suas capacidades competitivas.

Han (2010/2017) nos apresenta que a cultura de assédio moral atinge uma proporção pandêmica, já que neste contexto a preocupação pelo bem viver gradativamente cede lugar à preocupação por sobreviver. Para o autor, a coação pelo desempenho força o sujeito de desempenho a produzir cada vez mais, de forma que este nunca alcance um ponto de repouso da gratificação, ou em uma expressão contemporânea, a “zona de conforto”. Assim, o indivíduo vive constantemente em um sentimento de carência e de culpa e, tentando superar a si próprio, pode sucumbir até o total esgotamento (*burnout*).

No mundo corporativo, impera a gestão pelo desconforto e a máxima “contra números não há argumentos”. Embora esse contexto imponha sofrimento aos sujeitos, cheios de expectativas, responsabilizados por seus sucessos ou fracassos (muitos alienados de suas condições objetivas), essa lógica ainda mobiliza afetos e tem adesão social.

O psiquiatra Christophe Dejours (1980/2018) em suas pesquisas em psicopatologia do trabalho observa que o sofrimento pode se tornar um instrumento

de exploração e de rendimento. Mesmo em um ambiente de trabalho teoricamente livre de nocividade (ou seja, com boas condições físicas, químicas e biológicas, como um escritório, por exemplo), a agressividade da organização do trabalho pode criar doenças psíquicas e somáticas. A vida psíquica faz parte de uma integração do funcionamento dos diferentes órgãos e sua desestruturação naturalmente tem impactos na saúde física e mental. A fadiga e o esgotamento do corpo são peças necessárias da alienação pela organização do trabalho que utiliza a sujeição do corpo do trabalhador até o ponto deste se sentir habitado pela vontade de um outro, estranho.

Interessante pensar que o sistema capitalista foi mudando o registro da exploração estranha para a exploração própria, de si mesmo, com o objetivo de acelerar o processo. No regime neoliberal a exploração tem lugar não mais como alienação e autodesrealização, mas como liberdade e autorrealização (HAN, 2010/2017).

Dardot e Laval (2009/2016) chamam a atenção para os livros sobre neogestão que devem ser lidos à luz de um novo tipo de poder: o homem no trabalho é visto como um sujeito ativo que deve entregar-se completamente à atividade profissional. A vontade de realização pessoal do colaborador é o alvo do novo poder. O efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo, para sua própria eficácia como se essa conduta viesse dele próprio, na tentativa de eliminar qualquer sentimento de alienação e diminuir a distância entre empresa e empregado.

Para os autores, a empresa não é uma comunidade, uma “família” ou um lugar de realização pessoal, mas sim um espaço de competição, de busca de excelência e de “falha zero”. Desse modo, o sujeito deve cuidar para ser constantemente o mais eficaz possível, inteiramente envolvido no trabalho, com contínuo aperfeiçoamento e flexibilidade exigidos pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Nas palavras dos autores:

Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição. Todas as suas atividades devem assemelhar-se a uma produção, a um investimento, a um cálculo de custos. A economia torna-se uma disciplina pessoal. (DARDOT e LAVAL, 2009/2016, p. 330-331).

Ehrenberg (2010) percebe que como alternativa de combater algumas fragilidades do trabalhador contemporâneo, as organizações atualmente associam elementos do discurso esportivo para o cotidiano do trabalho, como um desafio que qualifica pequenas ações em grandes vitórias: o trabalho atualmente transforma o indivíduo em herói. A eficiência no discurso do herói contemporâneo parece inocentemente atrativa, mas, como o autor avalia, uma análise mais detalhada deste cenário revela que o estresse e a depressão em indivíduos que levam uma vida em ritmo muito acelerado para se reafirmarem, provarem constantemente o seu valor, manterem seu emprego e buscar uma “estabilidade”, parecem estar intrinsecamente relacionados.

7. SOFRIMENTO E ADOECIMENTO PSÍQUICO NA SOCIEDADE DO CANSAÇO

Han (2010/2017) elucida que a Síndrome de *Burnout* e a Depressão são expressões do esgotamento e sofrimento psíquico de nosso tempo, tempo este marcado pelo excesso de positividade imposto ao indivíduo que se aliena no ímpeto de alcançar uma forma ideal de existência, sob a ilusão de liberdade. Este “outro” a quem o indivíduo se submete é o mercado e sua lógica de alta performance. Nesse cenário, a sociedade hiperativa do desempenho só pode produzir indivíduos esgotados. O resultado é a epidemia de um sofrimento psíquico relacionado ao desempenho profissional, que apreende todos os aspectos da vida humana. Neste sentido, o adoecimento é uma das consequências patológicas da autoexploração.

No documentário “Sociedade do Cansaço: Byung-Chul Han em Seul/Berlim” de 2015, Han nos conta que na Coreia do Sul (seu país de origem), todo ano centenas de pessoas morrem por esgotamento. Além do *burnout* e da depressão, o filósofo também aponta para outro problema: a “Síndrome da Fadiga da Informação”, que se caracteriza pela exposição excessiva a informações, que por sua vez também desemboca em falta de concentração e ansiedade.

Já sabemos que a sociedade de desempenho está organizada de forma a aclamar os indivíduos que demonstrem querer “buscar o impossível”. Todavia, Han (2010/2017, p. 102) alerta: “o sujeito de desempenho se destrói na vitória”. O filósofo faz ainda outra triste constatação: no processo de explorar a si mesmo até consumir-se completamente (*burnout*), o sujeito de desempenho desenvolve uma autoagressividade que pode piorar e resultar no extremo, o suicídio.

O psicanalista Joel Birman (2022, p. 96) afirma que o excesso se encontra implícito na origem do mal-estar contemporâneo:

Em face do excesso que invade e se alastra sem limites, o psíquico procura dele se livrar pela ação para não correr o risco de ficar paralisado pela disseminação da angústia do real. Porque se o excesso não for descartado e descarregado pela ação, o psiquismo procura se desembaraçar daquele pelas vias corporais. Com efeito, o estresse, o pânico e as perturbações psicossomáticas seriam disso as resultantes no registro do corpo, porque o excesso não se esvai pela ação.

Roudinesco (2000) apresenta o sujeito depressivo de nosso tempo, que sofre ainda mais com as liberdades conquistadas (por não saber como desfrutá-las), atormentado pela culpa e pela angústia de estar em guerra consigo mesmo. Neste

contexto, muitos indivíduos preferem as substâncias químicas que “normalizam os comportamentos” na modernidade: falar de seus sofrimentos íntimos passa a ser custoso e o silêncio passa a ser preferível à linguagem. Para retirar de si a essência do sofrimento, o sujeito depressivo por vezes recorre somente aos psicotrópicos que anestesiam as experiências e o alienam de si mesmo.

Han (2010/2017) critica que em busca da “potência positiva” a Sociedade do Cansaço também é uma “sociedade do doping”. Em busca de melhor performance, o uso pragmático de psicofármacos não se apresenta como incoerente em um ambiente que instiga no indivíduo a necessidade de realização permanente, autossuperação e bem-estar como fórmula para o sucesso social. Por falta de tempo, muitas vezes o sujeito do desempenho não procura mais a origem do conflito psíquico, cujo processo terapêutico pode ser mais lento. Como acrescenta Corbanezi (2018, p. 340):

a medicação psiquiátrica pode atender com a urgência necessária o restabelecimento, a manutenção e o aperfeiçoamento das potencialidades do sujeito impaciente para a escavação arqueológica de cunho psicanalítico que visa a descobrir a origem do sofrimento psíquico.

O aumento do uso de medicamentos para solucionar problemas psíquicos aumenta a cada ano na tentativa de resolver problemas de insônia, ansiedade, depressão e por consequência, disfarçar os conflitos proporcionados pela competitividade vivenciada pelo indivíduo contemporâneo, aquém do discurso heroico, uma vez que nem sempre consegue alcançar as metas pessoais estimuladas pelo culto da performance. Ehrenberg (2010) também alerta para o uso de psicotrópicos como “doping” pessoal:

Do mesmo modo que com as dopagens esportivas, eles são um meio de reforçar as capacidades corporais e psicológicas a fim de melhor enfrentar a competição. A referência à dopagem, ou seja, ao uso de drogas no universo esportivo, oferece uma chave para apreender as significações desse fenômeno de massa. Na verdade, os medicamentos psicotrópicos exprimem a busca alucinada pelo controle quando a relação com o outro, compreendendo nisso as formas da solidariedade, é cada vez mais considerada sob o ângulo da concorrência: eles permitem estimular-se ou acalmar-se para ser competitivo e de mostrar-se independente das obrigações sociais mantendo-se totalmente socializado. Tais medicamentos são um tipo de autoassistência. A dificuldade de alcançar a autonomia é então simultaneamente esvaziada pelos meios artificiais e disfarçada pelo cuidado de oferecer a imagem de autonomia, do dinamismo ou do autocontrole. (EHRENBERG, 2010, p. 143).

Ao longo do século XX, a psicanálise passou a ser mais intensamente questionada. Por volta dos anos 1950, a psiquiatria intensificou o foco no comportamento e na supressão dos sintomas, e não mais na experiência subjetiva. A psicanálise, avessa à ideia reducionista da organização psíquica a comportamentos, manteve sua posição crítica a esse modelo “mensurável” e “quantificável” da subjetividade humana.

Após ser “salva” do nazismo com a emigração de freudianos europeus para a América entre 1930 e 1940, a psicanálise e as ideias freudianas foram apoderadas por terapeutas norte-americanos, que rapidamente procuraram fazer pesquisas para confirmar empiricamente se os conceitos eram realmente aplicáveis aos problemas dos indivíduos. Roudinesco (2000) cita que Freud por diversas vezes teceu duras críticas aos americanos, expressando que esses tinham pouco interesse numa ciência que não poderia ser diretamente convertida numa prática.

Kehl (2015) avalia que muitas propostas psiquiátricas e psicoterapêuticas entendem o deprimido como alguém que sofre de um “déficit”, seja de alguma substância química, seja de experiências precoces capazes de lhe conferir “autoestima”. A oferta psiquiátrica de drogas que se propõem a reduzir este “déficit” do sujeito em relação ao ideal de si mesmo é a contrapartida científica da ordem discursiva, ideológica, que representa o depressivo como um sujeito insuficiente tanto no plano dos “projetos individuais”, quanto em sua capacidade de gozar. A autora não condena o uso da medicação, mas explica:

Para a psicanálise, a medicação pode oferecer um auxílio valioso nos casos em que o deprimido não se sente em condições nem de comparecer ao consultório, nem de falar. A partir daí, o que a psicanálise oferece ao deprimido é a perspectiva de um percurso livre da pressa e da demanda do Outro – o que implica, entre outras, uma autorização para deixar de gozar. Livre dessa urgência, o analisando dispõe de um tempo distendido que caberá a ele preencher com sua fala, suas recordações, suas moções (tímidas, no início) de desejo. Um tempo ao qual a alternância constante de presença/ausência – das sessões e do analista – lhe permitirá estabelecer um ritmo particular, um contorno pulsional, uma possibilidade de antecipação em relação ao futuro, uma oscilação suportável ou até prazerosa entre satisfação e falta. (KEHL, 2015, p. 297).

Uma experiência de temporalidade muito íntima do sujeito: a de dispor de um tempo livre da demanda. (KEHL, 2015, p. 298).

O psiquiatra e psicanalista Mario Eduardo Costa Pereira (2017) defende que o campo da psiquiatria orientado pela ética e pela psicopatologia freudiana não deve

mais ser concebido como o da identificação das doenças mentais, tratando o paciente apenas como um “CID”. A disponibilidade médico-psiquiátrica deve ser direcionada ética e tecnicamente pelo reconhecimento e acolhimento da condição do paciente frente aos impasses que o fizeram buscar ajuda da medicina psiquiátrica e pela disponibilização de meios capazes de colaborarem com a melhor instalação do sujeito em seu desejo singular, “com as gratificações, preços, riscos e responsabilidade que tal postura existencial pode comportar” (PEREIRA, 2017, p. 187). O médico complementa:

Correlativamente, o tratamento não poderia consistir na “cura” da psicopatologia, na instituição de uma normalidade apática. Trata-se tão somente, de possibilitar ao sujeito, através dos meios clínicos e técnicos próprios à medicina – e à psiquiatria em particular -, alguma forma de instalação subjetiva em sintonia com o próprio desejo, e passível de inscrever-se ética e responsavelmente no interior do laço social. (PEREIRA, 2017, p. 188).

8. A PSICANÁLISE NA SOCIEDADE DO CANSAÇO: CAMINHOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Nos últimos anos, muitos pensadores e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento têm se debruçado sobre os temas Neoliberalismo e Sociedade do Cansaço para entender sua lógica de funcionamento e pensar possíveis caminhos individuais e coletivos que possam transformar essa realidade que dá sinais de se tornar insustentável para a maior parte dos humanos.

Alguns desses autores têm denunciado a exacerbação da “cultura do narcisismo” na sociedade contemporânea, com a proposição de críticas às condições existentes na sociedade atual. Pacheco Filho (2005, p. 161) argumenta:

Auto-centrado e voltado quase que exclusivamente para si mesmo, o sujeito dos nossos dias padeceria da ausência de ideais e estaria sendo arrastado em direção a um egocentrismo radical, que, psicanaliticamente, corresponderia a uma regressão a um estado de narcisismo quase puro. Como antídoto para essa patologia regressiva, conviria prescrever doses maciças de ideais coletivos, resgatados dos "bons tempos" em que teriam sido mais significativas a atenção e a solicitude para com os demais membros do corpo social.

Em uma de suas aulas sobre o tema, o psicanalista Mario Pablo Fuks (2019) também propõe um caminho coletivo. Ele sugere que a solidariedade (poder contar uns com os outros) é uma possibilidade que temos para enfrentar não só o desamparo frente às forças regressivas, mas também frente ao poder destrutivo do Supereu, que aumenta quando ficamos isolados.

No documentário “Sociedade do Cansaço”, Han (2015) acredita que vivemos em uma sociedade cada vez mais “narcisista”, em que as pessoas investem sua libido principalmente em sua própria subjetividade. Para ele, a pressão por realização destrói amizades e relacionamentos humanos e muitos são incapazes de reconhecer e aceitar os outros em sua alteridade. Assim, o autor entende a filosofia como uma contranarrativa, que pode nos despertar para que algo diferente possa surgir.

Dardot e Laval (2009/2016) entendem que seria fútil tentar vencer o neoliberalismo apenas com a demonstração do fracasso das políticas econômicas nele inspiradas e defender a volta das políticas do Estado de bem-estar social do pós-guerra. Para substituir a racionalidade neoliberal fundada no excesso de

individualismo e de competição, os autores também acreditam que seria necessário fomentar uma racionalidade alternativa, fundada na cooperação e na solidariedade.

O psicanalista Pedro de Santi (2017, p. 135) relembra o lugar ético e estratégico da psicanálise frente aos discursos dominantes na atualidade:

O trabalho de “fazer lembrar”, apontar ao não dito, expor nossa condição de sujeitos em falta, tudo aquilo que soa como o valor do negativo ante nosso ambiente que só valoriza o positivo, e ainda o trabalho de apontar os limites da razão objetivante, num mundo que nos promete a solução técnica para a dor de viver.

Desta perspectiva, mais importante do que as teorias e descobertas realizadas pela psicanálise, ao longo de mais de cem anos sobre a vida mental e afetiva dos homens, é o paradigma que ela reabre e mantém aberto na clínica. A psicanálise também mora na filosofia, ou é um saber que se instala lá mesmo onde o saber filosófico se define: como reflexão e ética.

É claro que a psicanálise não pode permanecer a mesma ao longo do tempo: uma identidade compacta seria contraditória com tudo o que desenvolvemos. As expressões de sofrimento, assim como as condições e os ambientes de intervenção clínica são dinâmicos e requerem novas maneiras de formação de compromisso. Mas decepcionar a demanda de nosso ambiente por uma resposta positiva e técnica é um posicionamento precioso.

Moraes (2019) complementa que a clínica psicanalítica talvez seja uma das poucas alternativas capazes de promover a narrativa e a escuta em um tempo que não se alinha à aceleração e às urgências da atualidade. Como diz a autora, talvez seja um dos poucos espaços que se mantêm na contramão do desempenho exigido no campo do imaginário social.

O psicanalista Marcelo Checchia (2015) em seu livro “Poder e Política na Clínica Psicanalítica” defende que se a política da psicanálise é a da separação aos ideais, sua ética é a da liberdade de escolha de cada sujeito. A experiência psicanalítica leva o sujeito a se deparar com suas alienações, porém cabe ao sujeito decidir se vai enfrentá-las ou analisá-las. A ética psicanalítica é contra qualquer tipo de dominação ou de imposição ao sujeito.

Em seu livro “Origens Psíquicas da Autoridade e do Autoritarismo”, Checchia (2020) argumenta que o autoritarismo é o avesso da psicanálise. Enquanto a psicanálise promove uma ampliação das possibilidades de subjetivação, o autoritarismo aspira um Eu obediente e é intolerante com a liberdade do sujeito. Um dos caminhos que o autoritarismo se utiliza é restringir as possibilidades de subjetivação de cada um precarizando a educação, censurando informações,

censurando pensamento crítico e transmitindo falsas propagandas com o intuito de convencer as massas. Quando essas táticas de dominação demoram a surtir efeito, pode-se recorrer à ameaça da integridade física e psíquica através de violência contra algum grupo “eleito” como inimigo a ser combatido.

O autor nos leva a refletir que a conscientização dos sofrimentos derivados das relações autoritárias pode levar ao surgimento do desejo de uma nova ordem pautada no respeito ao que é singular no outro (e não mais na dominação e na violência). Para ele, a clínica psicanalítica criou uma forma de laço que não reproduz as relações de poder da sociedade patriarcal, pelo contrário, este laço subverte essas relações.

Na psicanálise, o poder de “cura” atribuído ao prestígio e à fala do psicanalista é deslocado à fala do analisante: os “poderes” do psicanalista não podem se sobrepor às associações e às escolhas de seus analisantes:

O poder da interpretação e do manejo da transferência estão condicionados a um princípio que é ao mesmo tempo ético e político para a psicanálise: não exercer domínio ou controle sobre a vida dos analisantes. Por mais que os analisantes demandem diretamente uma sugestão, um conselho a respeito do que deve fazer ou decidir, o psicanalista deve recusar esse lugar de autoridade (imaginária). É ajudando o analisante a chegar em algumas verdades sobre seus conflitos, acompanhando e testemunhando os destinos que cada um dá aos desvelamentos dessas verdades, que a fala do analisante terá valor e poder de cura – considerando a cura não como felicidade, mas como solução ou responsabilização do destino dado às verdades que haviam sido recalcadas. (CHECCHIA, 2020, p. 121-122).

Checchia (2020) também recorre aos conceitos de dispositivo e contradispositivo explicados pelo filósofo Giorgio Agambem.

Agamben (2009, p. 40), baseando-se em um termo foucaultiano, entende como dispositivo “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”. Agamben entende que não seria errado definir a fase extrema da consolidação capitalista atual como uma enorme proliferação dos dispositivos. O autor ainda explica que na raiz de cada dispositivo está um desejo humano de felicidade e a captura e a subjetivação deste desejo em uma esfera separada constitui o poder do dispositivo.

O historiador Davis Moreira Alvim (2012) complementa que um dispositivo é um vínculo que compreende e atrela as relações de poder. A resistência ao dispositivo,

por sua vez, torna-se contradispositivo quando afeta a própria circulação de poder no dispositivo, desestabilizando sua ação administrativa.

Alvim (2012) apresenta que um exemplo de contradispositivo pode ser encontrado na abolição do sistema escravista brasileiro. De forma bem resumida, as mudanças que lentamente levaram ao fim da escravidão no Brasil (por exemplo o movimento abolicionista e a proibição do tráfico), só se tornaram eficazes porque foram acompanhadas do aumento das fugas dos escravizados, das revoltas e da formação de quilombos que ameaçaram a circulação do poder. Portanto, quando levadas ao seu termo, as resistências “contradispositivam”, o que significa que elas deixam o poder em defasagem, mesmo que temporariamente.

Checchia (2020) aponta que o dispositivo psicanalítico tem a finalidade de libertar o sujeito de suas “amarras” fantasísticas ou ideológicas e ampliar as possibilidades de expressão e subjetivação. Apesar de parecer contraditório, o autor também entende a clínica psicanalítica como um contradispositivo e explica:

Se quisermos fazer um uso rigoroso dos conceitos e conforme os princípios políticos de nossa prática, a clínica psicanalítica deve ser chamada precisamente de contradispositivo. No sentido agambeniano, ele possui os elementos heterogêneos que se entrecruzam num jogo de forças mutável como no dispositivo, mas sua finalidade é a restituição de uma liberdade. Agamben não chega a desenvolver muito essa noção, mas a associa com a oposição entre a sacralização e a profanação. Se o sacrifício do ritual religioso pode ser considerado um dispositivo cuja incumbência é tornar algo sagrado, a profanação, ao retirar o caráter sagrado do objeto, restitui-o ao seu uso comum. O contradispositivo seria então a profanação daquilo que foi sacralizado. (CHECCHIA, 2020, p. 128).

O autor propõe a clínica psicanalítica como um contradispositivo considerando que ela busca restituir um lugar de fala para o sujeito que foi reprimido pelo discurso autoritário. Assim, o contradispositivo clínico pode possibilitar aos sujeitos novos destinos para seus sofrimentos, desejos, fantasias, crenças.

Contudo, o autor não desconsidera a realidade social e seus dificultadores para ampliar o alcance da clínica psicanalítica como contradispositivo: “sem alterações objetivas no modo de organização social, o contradispositivo clínico encontra muitas limitações para exercer sua função” (CHECCHIA, 2020, p. 129). Assim, o autor também propõe que uma das possibilidades é a de expandir a própria clínica à comunidade. Há grupos de psicanalistas que estão “furando as bolhas” de sua práxis, levando a psicanálise às ruas, em praças públicas ou em locais de atendimento aberto

à população mais vulnerável; há também psicanalistas que atendem em consultórios particulares e reservam horários para atender a um valor acessível à população de baixa renda. Esse é um dos caminhos da psicanálise para transformar a realidade social: ampliar a participação para além dos consultórios e da academia e se utilizar da escuta analítica emancipadora para diferentes subjetividades.

Freud (1921/2011) já dizia que **toda psicologia individual é também social**. E como diria o poeta Paulo Leminski (1983/2016, p. 14) em seu poema “Contranarciso”:

em mim
eu vejo o outro
e outro
e outro
enfim dezenas
trens passando
vagões cheios de gente
centenas
o outro
que há em mim
é você
você
e você
assim como
eu estou em você
eu estou nele
em nós
e só quando
estamos em nós
estamos em paz
mesmo que estejamos a sós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

ALVIM, D. M. O que é um contradispositivo. *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo, n. 14, p. 78-85, 2012.

BIRMAN, J. *O sujeito na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BLUME, B. A. (2016). O que é neoliberalismo? *Politize!* Disponível em <https://www.politize.com.br/neoliberalismo-o-que-e/?https://www.politize.com.br/&qclid=EAlaIqobChMIrca4nuDy-wlVYehcCh25xgEHEAAYASAAEglv-D BwE>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

BUTT, R. Interview for Sunday Times. *Margaret Thatcher Foundation*, 03 maio 1981 Washington D C. Disponível em: <https://www.margaretthatcher.org/document/104475>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

CAFARDO, R. Suicídio de estudantes causa comoção nas redes sociais e reflexões em escolas. *O Estado de São Paulo*, 24 abr. 2018. Disponível em: [Suicídio de estudantes causa comoção nas redes sociais e reflexões em escolas - Estadão \(estadao.com.br\)](https://www.estadao.com.br/suicidio-de-estudantes-causa-comocao-nas-redes-sociais-e-reflexoes-em-escolas). Acesso em 05 de julho de 2022.

CHREIM, V. *Dimensões da recusa*. São Paulo: Blucher, 2021.

CORBANEZI, E. Sociedade do cansaço. Resenhas. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 335-342, set./dez. 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. (2009). *A nova razão do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEJOURS, C. (1980). *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

EHRENBERG, A. *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

FOUCAULT, M. (1975). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANCO, F.; et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FREITAS, A. F. (2020). Crise financeira de 2008: você sabe o que aconteceu? *Politize!* Disponível em <https://www.politize.com.br/crise-financeira-de-2008/>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

FREUD, S. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras completas* (Vol. 6). São Paulo: Cia. das Letras, 2016.

FREUD, S. (1913). Totem e tabu. In: FREUD, S. *Obras completas* (Vol. 11). São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

FREUD, S. (1914). Introdução ao narcisismo. In: FREUD, S. *Obras completas* (Vol. 12). São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FREUD, S. (1917). Luto e melancolia. In: FREUD, S. *Obras completas* (Vol. 12). São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FREUD, S. (1921). Psicologia das massas e análise do eu. In: *Obras completas* (Vol. 15). São Paulo: Cia. das Letras, 2011.

FREUD, S. (1923). O Eu e o id. In: FREUD, S. *Obras completas* (Vol. 16). São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FREUD, S. (1930). O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. *Obras completas* (Vol. 18). São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FUKS, M. P. A sociedade do desempenho e as patologias do neoliberalismo – aula inaugural de psicopatologia psicanalítica e clínica contemporânea 2019: origens do curso. *Boletim Online - Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo, ed. 63, jun. 2022.

HAN, B. C. (2010). *Sociedade do cansaço*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

KEHL, M. R. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

KEHL, M. R. Três motivos (pelo menos) para se ler Freud, hoje. In: KUPERMANN, D. *Por que Freud hoje?* São Paulo: Zagodoni, 2017.

LAVAL, C. (2004). *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEMINSKI, P. (1983). *Caprichos & relaxos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MORAES, D. F. L. Considerações para uma formação política do psicanalista. *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, v. 52, n. 96, p. 179-188, jan./jun. 2019.

NIETZSCHE, F. (1878). *Humano, demasiado humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

OSTRY, J. D.; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. Neoliberalism: oversold? *Finance & Development*. Washington D. C., p. 38-41, jun. 2016. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/06/ostry.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

PACHECO FILHO, R. A. O capitalismo neoliberal e seu sujeito. *Mental [online]*. Barbacena, v. 3, n. 4, p. 155-173, jun. 2005.

PENA, R. F. A. O que é neoliberalismo? *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm>. Acesso em 19 de novembro de 2022.

PEREIRA, M. E. C. Freud, o sujeito da psicopatologia e o futuro da psiquiatria. In: KUPERMANN, D. *Por que Freud hoje?* São Paulo: Zagodoni, 2017.

PORFÍRIO NETO, F. J. Liberalismo. *Mundo Educação*. Disponível em [Liberalismo: história, características, tipos - Mundo Educação \(uol.com.br\)](#). Acesso em 19 de novembro de 2022.

ROUDINESCO, E. *Por que a psicanálise?* Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N.; DUNKER, C. (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTI, P. L. R. Linguagem, história e desejo – sobre a atualidade de Freud. In: KUPERMANN, D. *Por que Freud hoje?* São Paulo: Zagodoni, 2017.

SINTONIA COM A SOCIEDADE. Sociedade do cansaço. *Gente*, 14 set. 2020. Disponível em <https://gente.globo.com/sociedade-do-cansaco/>. Acesso em 06 de novembro de 2022.

REFERÊNCIAS FILMOGRÁFICAS

CISNE NEGRO. Direção de Darren Aronofsky. Produção de Mike Medavoy. Estados Unidos da América: 20th Century Fox / Fox Films do Brasil, 2010.

SOCIEDADE DO CANSAÇO: BYUNG CHUL-HAN EM SEUL/BERLIM (documentário). Direção de Isabella Gresser. Alemanha, 2015.

À PROCURA DA FELICIDADE. Direção de Gabriele Muccino. Produção de Amy Baer. Estados Unidos da América: Sony Pictures Entertainment / Columbia Pictures, 2006.